



**XVII CONVENÇÃO DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL
14 a 16 de agosto de 2019 – Bento Gonçalves-RS**

ÁREA TEMÁTICA 5 – CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

**Educação infantil de 0 a 3 anos: o investimento do município de
Casca e a economia familiar**

**Neimar Tedesco dos Santos – CRCRS nº 82.854
Leoni Menta Zamin – CRCRS nº 63.735
Edson Pedro Zambon – CRCRS nº 89.138**

Neimar Tedesco dos Santos

Técnico Agrícola pela Escola Agrotécnica Federal de Sertão; Contador formado pela Universidade de Passo Fundo-UPF possui Especialização em Controladoria e Gestão Tributária pela UPF, Especialização em Gestão Pública - Universidade Federal de Santa Maria. Atuou como Técnico Agrícola - ASCAR-EMATER/RS, Contador - Prefeitura Municipal de Nicolau Vergueiro – RS, atualmente atua no Controle Interno da Prefeitura Municipal de Casca-RS e como Contador na Veritá Consultoria e Auditoria Contábil e Tributária Ltda.

Leoni Menta Zamin

Formada em Ciências Contábeis, Pós-Graduada em Controladoria e em Contabilidade Pública e Mestre em Economia - Área de Concentração Controladoria. Atualmente, é Professora da Faculdade da FAT – Faculdade e Escola e do CESURG - Centro de Ensino Superior Riograndense de Marau e trabalha como Contadora na Prefeitura de São Domingos do Sul. Possui experiência docente nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação nas áreas de Teoria da Contabilidade, Contabilidade Pública, Controladoria, Auditoria e Cenários Econômicos.

Edson Pedro Zambon

Mestre em Ciências Contábeis com ênfase em Controle de Gestão pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. Atualmente é Coordenador e Professor do curso de Ciências Contábeis da FAT – Faculdade e Escola. Professor de Pós-Graduação na Faculdade Anglicana de Erechim - FAE.

EDUCAÇÃO INFANTIL 0 A 3 ANOS: O INVESTIMENTO DO MUNICÍPIO DE CASCA E A ECONOMIA FAMILIAR

RESUMO: O trabalho busca evidenciar a importância da educação infantil de zero a três anos de idade, enquanto política pública. O enfoque é econômico, avaliando a relação entre o investimento do município de Casca/RS e a economia das famílias beneficiadas com o serviço. O estudo de caso, aplicado às escolas municipais de Casca, que atendem a comunidade urbana do município. Na primeira etapa da pesquisa aplicado um questionário as famílias, com enfoque na renda, caso não existisse essa política pública. A segunda etapa foi através da busca nos registros e documentos, junto ao município sobre os gastos em educação infantil. Como resultado, foi apurado que o valor poupado pelas famílias beneficiadas é de R\$ 2.547.000,00, sendo esse valor superior em 35,13% ao recurso gasto pelo município. O trabalho pode ser replicado a outras realidades e até mesmo para avaliar outras políticas públicas.

PALAVRAS CHAVE: Educação Infantil, Investimento Público, Economia Familiar.

1. INTRODUÇÃO

O estudo das políticas públicas, a capacidade de investimento do Estado e as finanças públicas no Brasil não podem ser adequadamente compreendidos sem a discussão das instituições que historicamente regularam as relações intergovernamentais no país. Mesmo que com uma variabilidade ampla, os fatores políticos e institucionais importam na determinação das desigualdades e no seu enfrentamento.

Como a menor esfera da federação é o município, e por tanto o cidadão vê o estado representado pelo poder público municipal, o qual tem responsabilidade (em diferentes níveis e exceto a previdência social) por todos os itens mencionados no Art. 6º da Constituição Federal de 1988, então é natural que ocorra uma pressão forte e direta, em função da proximidade espacial, sobre essa esfera de governo – o município.

Para os municípios menores, a receita própria é muito baixa, em alguns casos em torno de 10%, e o restante sendo oriundo da participação da receita do Estado e da União, através das transferências constitucionais. Nesse modelo federativo, onde a arrecadação é muito concentrada na União, onde os recursos escassos são disputados entre o leque de políticas públicas, e obrigações constitucionais, que o presente trabalho, busca medir o impacto da política pública municipal de educação infantil (0 a 3 anos), do ponto de vista econômico na renda das famílias beneficiadas com o serviço. Com isso, pode-se verificar o impacto econômico desta modalidade de educação no município de Casca/RS, na comunidade urbana da sede do município identificando o investimento do poder público e o incremento deste investimento na renda das famílias.

Sabe-se que, de acordo com as informações prestadas pelo município através do Sistema de Informações Sobre Orçamentos Públicos em Educação – SIOPE – 2017, o município tem gasto até outubro R\$ 810,94 por aluno/mês na educação infantil. Desconsiderando eventuais ajustes, derivado do cálculo mais detalhado com vista à coleta de informação junto às duas escolas municipais que atendem o referido público, e a sistematização de forma integrada destes com os dados levantados junto ao setor de planejamento e contabilidade municipal, tem então por parte do município, hipoteticamente o valor investindo no aluno da educação infantil em R\$ 810,94/aluno/mês.

Outras duas hipóteses pontuais podem ser consideradas, como, saber se investimento do município de Casca em educação infantil é suficiente para gerar uma economia significativa para as famílias de baixa renda ou verificar se o investimento do município de Casca em educação infantil não é suficiente para gerar uma economia significativa para as famílias de baixa renda;

Além do fator financeiro já mencionado, outros aspectos não quantificados aqui, desde a qualidade da educação, até o desenvolvimento social e econômico das famílias e da comunidade como um todo, e que são certamente os maiores resultados dessa política pública.

Reforça-se que os objetivos da pesquisa buscam identificar o investimento do município na educação infantil (0 a 3 anos) bem como a economia das famílias com essa política pública, na comunidade urbana da sede do município de Casca/RS. Para que isto se tornar possível apurou-se o investimento da educação infantil no universo de pesquisa e analisou-se, juntamente com as famílias, o investimento público direto no seu filho (a) e o impacto Econômico sobre a renda das famílias.

É nesse contexto histórico, macro, acima brevemente sintetizado, está inserido o município de Casca, na encosta superior do Vale do Taquari, região de transição entre a Serra e o Planalto. Região formada por diversos municípios de características semelhantes em termos de relevo e economia. Apesar de Casca ser uma cidade polo para a região, por possuir Fórum, campus universitário e atividades de comércio e prestação de serviços bem desenvolvida, principalmente no campo de máquinas agrícolas, mesmo assim é um município pequeno em termos populacional e extensão territorial. Conforme dados do IBGE de 2017, possui 9.079 habitantes e uma área total de 271,857 km². Ainda, de acordo com o Censo do IBGE de 2010, quando a população era de 8.651 indivíduos, 5.090 residiam na área Urbana e 3.561 no meio Rural.

É nesse cenário, de alto nível de ocupação econômica da população, porém remuneração média (que distorcer a realidade da grande maioria), limitada em 2,1 salários mínimos nacional, recursos públicos escassos e disputados por diferentes políticas, que o presente estudo se justifica, com o tema: **EDUCAÇÃO INFANTIL 0 A 3 ANOS: O INVESTIMENTO DO MUNICÍPIO DE CASCA E A ECONOMIA FAMILIAR.**

2. REFERÊNCIAL TEÓRICO:

O referencial teórico que irá embasar o referido artigo está estruturado relacionando estudos a respeito, e principalmente na conceituação de temas ligados, os quais tratarão: quanto à legislação, economia familiar e custo da educação infantil, na forma de tópicos, apresentados a seguir.

2.1 Educação Infantil e a Legislação

Na educação brasileira, sempre existiu uma proposta educacional marcada pela diferenciação de atendimento aos ricos e pobres. No passado, enquanto os filhos dos fazendeiros (elite) eram mandados para a Europa para aprofundar seus estudos, a imensa maioria da população era analfabeta.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 fala da criança como sujeito de direitos, principalmente a educação, no art.2º,

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Brasil, 1996, p.1).

De acordo com o documento as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil (2009), no art.4º as propostas pedagógicas devem considerar que a criança, centro do

planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

2.2 Economia Familiar

Dentro do contexto sócio econômico a família tem um papel fundamental, sabe-se que é a estrutura organizada mais básica, porém a mais significativa do ponto de vista econômico. É no núcleo familiar que os orçamentos se realizam, é pelo consumo das famílias, pelos investimentos ou pela poupança das mesmas que a economia de uma nação se movimenta em seus giros cíclicos de estabilidade e turbulência.

A família está condicionada aos acontecimentos normativos do Estado, principalmente, no que tange aos serviços públicos, como por exemplo a estrutura educacional. Assim, a mesma pode optar pelo ensino público ou privado, mas em ambos as diretivas gerais são do Estado. Como política pública é oferecido à família a condição de optar pelo ensino efetivamente público, com regras, delineamentos e recursos envolvidos.

A família normalmente está diante de escolhas racionais de consumo, escolher entre o ensino público e o privado é um exemplo que pode se considerar como o conceito de excedente do consumidor. Frank (2013) diz que o conceito de excedente “é uma medida de quanto o consumidor se beneficia do fato de poder comprar determinado produto a determinado preço.” Ele, fala ainda que, o modelo de escolhas racionais pode ser usado para examinar de que modo as mudanças no preço ou no tipo de oferta de bens ou serviços e na renda afetam o bem-estar das famílias.

Bugarim (2012) também salienta a importância de planejar o orçamento da família, e trata esse planejamento como algo não muito complicado. A família precisa saber suas fontes de receitas futuras, para programar os gastos futuros, racionalizar para possíveis emergências e principalmente, ter a consciência que deve viver dentro de sua realidade.

As sobras de recursos que a família consegue, o excedente, se apresenta sob a forma de poupança, que representa um tipo de seguro de vida, individual ou Familiar. “Na Economia Nacional A Poupança Deve Ser Igual Ao Investimento”, Segundo MANKIW (2013).

2.3 Custo na gestão pública

O setor público, apesar de não visar lucro, não significa que suas atividades devam ser menos eficientes que as da iniciativa privada, porque quanto maior for sua eficiência maior será seu benefício social, atendendo mais pessoas e até novas demandas, sem prejuízos das existentes. Mas para isso a produção de bens e serviços do setor público deve ser bem gerenciada, passando pela avaliação de seus custos de produção, análise das alternativas viáveis de produção e os impactos desses bens e serviços postos a disposição da sociedade (MAUSS; SOUZA, 2008).

Embora tem-se previsão legal para implantação de custos no setor público, tais informações ainda não são disponíveis pela grande parte dos entes públicos (SILVA FILHO; VENTURA; ECHTERNACT, 2011; DA SILVA; DA ROSA, 2015). Por outro lado, percebe-se que estudos vem sendo desenvolvidos (SILVA FILHO; VENTURA; ECHTERNACT, 2011, ROSA FILHO; PEIXE, 2015; GARGIONE; ZAMBON; MAUSS, 2017) com propósito de mensurar e aperfeiçoar sistemas de custos no setor público.

Para fins deste estudo é importante determinar o entendimento conceitual de termos básicos na linha técnica sobre custo. Leone (2000, p.51 e 52), no item conceitos básicos, cita diversos autores que tratam dos termos: custo, gasto e despesa. Assim depois de outras citações, o próprio Leone diz ainda que “Consultamos extensa bibliografia, mas a literatura técnica é parcimoniosa quanto á definição desses termos básicos. Os autores fazem uso deles,

mas não tentam defini-los”. Para melhor definição o Quadro 1, apresenta de forma resumida as principais terminologias na gestão de custos resumida por Giorgine, Zambon e Mauss (2017) com base na literatura especializada.

Quadro 1 – Terminologias de Custos

Termos	Definições
Gasto	Todo dispêndio de um ativo ou criação de um passivo para obtenção de um produto ou serviço.
Desembolso	Pagamento resultante da aquisição do bem ou serviço.
Investimento	Bens e direitos com objetivo de gerar caixa futuro
Perdas	Reduções do patrimônio que não estão associadas a qualquer recebimento compensatório ou geração de produtos ou serviços, que ocorrem de forma anormal e involuntária
Custos	Gastos com bens ou serviços utilizados para a produção de outros bens ou serviços
Custos da prestação de serviços	Custos ligados à prestação daquele serviço.
Custos reais	Custos históricos aqueles apurados após produção ou realização do serviço ou que realmente foram incorridos.
Custo direto	Que é identificado ou associado diretamente ao objeto do custo.
Custo indireto	Não pode ser identificado diretamente ao objeto do custo, devendo sua apropriação ocorrer por meio da utilização de bases de rateio ou direcionadores de custos.
Custo fixo	Que não é influenciado pelas atividades desenvolvidas, mantendo seu valor constante em intervalo relevante das atividades desenvolvidas pela entidade.
Custo variável	Tem valor total diretamente proporcional à quantidade produzida/ofertada.
Custo operacional	Ocorre durante o ciclo de produção dos bens e serviços e outros objetos de custos, como energia elétrica, salários, etc.
Custo predeterminado	Custo teórico, definido a priori para valorização interna de materiais, produtos e serviços prestados.
Custo padrão	O custo ideal de produção de determinado produto/serviço.
Custo estimado	Projetado para subsidiar o processo de elaboração dos orçamentos da entidade para determinado período; pode basear-se em simples estimativa ou utilizar a ferramenta do custo padrão
Custo controlável.	Utiliza centro de responsabilidade e atribui ao gestor apenas os custos que ele pode controlar
Custo de oportunidade	Custo objetivamente mensurável da melhor alternativa desprezada relacionado à escolha adotada.

Fonte: Giorgine, Zambon e Mauss (2017).

Nesse trabalho, de acordo com o mesmo autor, aprofunda-se o “Custo para o controle das Operações”, em especial os custos diretos e os indiretos. Quanto a essa classificação, Martins (2001, p. 51 a23) exemplifica esses custos, e sintetiza dizendo que para é possível apropriar alguns custos diretamente aos produtos, bastando haver uma medida de consumo (exemplo, embalagens, matéria prima, mão-de-obra, etc.), sendo por tanto custos diretos. Já outros não oferecem condição de uma medida objetiva e qualquer tentativa de alocação tem de ser feita de maneira estimada e muitas vezes arbitrária (exemplo, aluguel, supervisão, chefia, entre outros).

Entendimento idêntico, Leone (2000, p.59) define: Custos Diretos: São todos os custos que se conseguem identificar com as obras, do modo mais econômico e lógico. Já para Custos Indiretos, são todos os outros custos que dependem do emprego de recursos, de taxas de rateio, de parâmetros para o débito às obras.

O método de custeio significa a forma de apropriação dos custos aos produtos também é variável de acordo com as finalidades e ferramentas disponíveis, entre eles cita-se o custeio por absorção, custeio direto, custeio padrão, ABC. Martins (2000, p.41). Afirma também que

Custeio por Absorção é derivado da aplicação dos princípios contábeis, e consistem na apropriação de todos os custos de produção aos bens elaborados, e só os de produção.

Para fins gerenciais é importante o entendimento do custo de oportunidade, custo econômico, ou custo não contabil. Para Leone (2000, p.76), é o benefício que se deixa de ganhar ao decidir por um caminho em detrimento de outro, ou seja, os benefícios da alternativa rejeitada serão o custo de oportunidade da alternativa selecionada. No mesmo entendimento, Martins (2000, p.250), acrescenta o fato das alternativas estarem igualmente ao alcance do investidor, e os riscos serem semelhantes, senão a comparação fica sem muito sentido.

3. MÉTODO DE ESTUDO

O desenvolvimento do presente trabalho tem como objetivo identificar o impacto econômico da educação infantil pública (0 a 3 anos) na comunidade urbana da sede do município de Casca/RS, numa visão do quanto esse investimento por parte do poder público contribui diretamente na renda e na vida econômica das famílias, comparando a hipótese de que se esse investimento não estivesse sendo realizado qual seriam as alternativas das famílias, e assim sistematizando as variáveis. O período estudado foi o ano de 2017. A motivação deste estudo é contribuir para a sociedade, e motivar outros estudos com esse enfoque, da importância da educação infantil pública na vida da sociedade, e relacionando a viabilidade econômica dos diversos cenários que possam existir. Também alertar o gestor e a sociedade sobre o custo da educação infantil e suas principais variáveis.

Para atingir os objetivos do trabalho, foi utilizada a pesquisa descritiva, que de acordo com Gil (2010, p.27 a 29) têm como objetivo a descrição das características de determinada população, porém pode ser elaborada com a finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis. A pesquisa caracterizou-se, quanto ao procedimento técnico utilizado, como um estudo de caso, apesar da coleta de dados e informações ter sido feita pela busca documental e levantamento através de questionário, foram trabalhadas e analisadas na situação específica do estudo.

Do ponto de vista da abordagem do problema, a pesquisa classificou-se como quantitativa que segundo Diehl e Tatim (2004, p. 51), caracteriza-se pelo uso da quantificação tanto na coleta quanto no tratamento das informações, com o objetivo de garantir resultados e evitar distorções de análise e de interpretações.

Por tratar-se de um estudo de caso, o universo restringe-se as duas escolas municipais localizadas na sede do município de Casca, Escola de Educação Infantil Homero Lima e Escola Severino Damo, que atendem toda a área urbana da sede do município de Casca, possuindo no período 344alunos da educação infantil, sendo de que destes 206 pertencem ao grupo estudado (0 a 3 anos de idade).

Na pesquisa, foi utilizada a observação e entrevista aberta, junto à direção das escolas, para sistematizar os fluxos da escola e assim possibilitar identificar e classificação os custo com educação infantil no município. A busca de informação em documentos se deu nessa linha, junto ao setor de fazenda e contabilidade do município de Casca, para levantar os valores gastos em educação infantil, e conforme entrevista e observação acima, fazer a alocação e sistematização correta. De outra parte, a coleta de informações junto às famílias usuárias do serviço público, educação infantil (0 a 3 anos), se deu através de questionário com perguntas estruturadas de forma optiva, aplicada á 100 % das famílias, em outubro/2017. O retorno das questões se deu em 73,78% dos questionários enviados aos pais.

Após a coleta de dados, estes foram trabalhados, de maneira a facilitar a análise e interpretação. No do investimento em educação por parte do município, as informações e dados colhidos nas escolas assim como dos documentos contábeis, estes foram sistematizados

de forma como custo da educação, para posterior análise. Da mesma as informações obtidas pela aplicação dos questionários às famílias, estas foram estruturadas e relacionadas entre elas de maneira a evidenciar informações em percentuais.

Finalizou-se com o relacionamento entre as informações obtidas junto às famílias e o investimento realizado pelo município em educação infantil (0 a 3 anos), de forma a evidenciar as variáveis e o incremento desses investimentos na renda das famílias, entre outros fatores que não abordados na pesquisa e foram abordados nas considerações finais do trabalho com sugestões de encaminhamentos.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS

Neste capítulo serão apresentados de forma sistematizada os resultados pesquisados, divididos em duas partes: a primeira a pesquisa aplicada às famílias, e a segunda o levantamento dos gastos do município com a educação infantil de 0 a 3 anos. Sendo que na primeira parte serão apresentados de forma separada os resultados por escola pesquisada, Escola Severino Damo, localizada no Bairro Jardim Brasil e a Escola Homero Lima, na área central da cidade. A análise de resultados será apresentada num único bloco abordando a relação entre as duas partes da apresentação dos resultados pesquisados.

4.1 Pesquisa com as Famílias Beneficiadas

Inicia-se com a apresentação da pesquisa aplicada na Escola Severino Damo. Nesta escola são mantidas cinco turmas de alunos de 0 a 3 anos, sendo três de berçários e duas de maternas, totalizando 77 alunos. Apesar do envio do questionário de pesquisa a todos os alunos, ocorreu o retorno de 52, ou seja, 67 %, conforme demonstrado abaixo na tabela 01.

Tabela 01 - Caso não houvesse vaga na creche municipal qual alternativa da família: X Alternativa	Nº	%
a) Mãe não trabalhar	38	73
b) Pai não trabalhar	0	0
c) Deixar com a avó	0	0
d) Escola Particular	0	0
e) Contratar cuidador(a)	12	23
f) Outro	2	4
Total	52	100

Fonte: Elaborada pelos autores.

Observa-se que 73% das mães deixariam de trabalhar, ao passo que 27% optariam por outra alternativa, sendo a de contratar um cuidador(a), a mais recorrente. Nessa linha, apresentamos a sistematização das opções da tabela 01, de acordo com o questionário aplicado, questão 4, o quadro da renda das mães, nas tabelas de desmembramento, 02 e 03 abaixo.

Tabela 02 – Renda das mães tabela 01. “ a)”

Renda R\$	Nº	%
Até 1.200,00	28	74
Até 2.000,00	10	26
Total	38	100

Fonte: Elaborada pelos autores

Tabela 03 – Renda das mães tabela 01. “ e,f)”

Renda R\$	Nº	%
Até 1.200,00	4	29
Até 2.000,00	8	57
Até 3.000,00	2	14
Total	14	100

Fonte: Elaborada pelos autores

Das mães que deixariam de trabalhar, 74%, ou seja, do universo de 38,28 tem renda de até R\$ 1.200,00, e as demais, 10 mães, tem renda até R\$ 2.000,00. Ao passo que as mães que optaram por permanecer trabalhando, apenas 29% (4 mães) têm renda de até R\$ 1.200,00, e as demais 71% (10 mães), tem renda de até R\$ 2.000,00 ou R\$ 3.000,00.

Assim constata-se que nesse cenário, a maior parte das mães 73% deixariam de trabalhar. Também que essa decisão está fortemente atrelada ao rendimento, tendo em vista que as que optaram por essa alternativa 74 % tem de Rendimento até R\$ 1.200,00, ao passo que as que permaneceram trabalhando apenas 29% estão nessa faixa salarial.

De outra parte, conjugando essas informações já sistematizadas nas tabelas anteriores, podemos aferir o custo mensal de oportunidade das famílias beneficiadas com essa política pública, educação infantil 0 a 3 anos da escola Severino Damo. Assim, demonstra-se na tabela 04 a multiplicação das opções da tabela 01 pelos rendimentos sistematizados por opção.

Tabela 04 – Custo de Oportunidade das famílias – Escola Severino Damo

Opções conforme Tab. 01	Nº	Renda R\$	Total
"a" 74% de 73% - Mães que deixariam de trabalhar	41	1.200,00	49.200,00
"a" 26% de 73% - Mães que deixariam de trabalhar	15	2.000,00	30.000,00
"e,f" 27% - Contratar cuidador,outro	21	700,00	14.700,00
TOTAL	77		93.900,00

Fonte: Elaborada pelos autores.

Em que pese à limitação da pesquisa, seja pela própria limitação do questionário (opção de rendimento engessada), mas também pela fidelidade dos dados informados pelas famílias, em especial quanto a rendimentos, tem se o valorapurado mensal de R\$ 93.900,00, o custo de oportunidade das famílias beneficiadas pela escola Severino Damo (ano de 2017). Ou ainda, o custo de oportunidade de R\$ 1.219,48 por aluno/mês.

Agora, passamos apresentar os resultados da pesquisa aplicada na Escola Homero Lima, localizada na área central da cidade onde são mantidas oito turmas de alunos de 0 a 3 anos, sendo quatro de berçários e quatro de maternais, totalizando 129 alunos. Nesta, dos questionários enviados, retornaram 100, ou seja, 77 %, conforme demonstrado abaixo na tabela 05.

Tabela 05 – Caso não houvesse vaga na creche municipal qual alternativa da família:

Alternativa	Nº	%
a) Mãe não trabalhar	26	26
b) Pai não trabalhar	0	0
c) Deixar com a avó	10	10
d) Escola Particular	28	28
e) Contratar cuidador(a)	36	36
f) Outro	0	0
TOTAL	100	100

Fonte: Elaborada pelos autores.

Nessa escola, apenas 26% das mães deixariam de trabalhar, ao passo que 74% optariam por outra alternativa, sendo a de contratar um cuidador(a), a mais recorrente (36%). A exemplo da sistematização que fizemos com a escola Severino Damo, apresentamos a sistematização das opções da tabela 05, de acordo com o questionário aplicado, questão 4, o quadro da renda das mães, nas tabelas de desmembramento, 06, 07 e 08 abaixo.

Tabela 06 – Renda das mães tabela 05. “ a)”

Renda R\$	Nº	%
Até 1.200,00	14	54
Até 2.000,00	12	46
TOTAL	26	100

Fonte: Elaborada pelos autores.

Das mães que optaram por deixar de trabalhar, novamente o maior percentual (54%), são de mães com renda mensal de até R\$ 1.200,00.

Tabela 07 – Renda das mães tabela 01. “ d)”

Renda R\$	Nº	%
Até 1.200,00	4	14
Até 2.000,00	8	29
Até 3.000,00	4	14
Até 4.000,00	4	14
Até 5.000,00	8	29
Total	28	100

Fonte: Elaborada pelos autores.

Tabela 08 – Renda das mães tabela 01. “ c,e)”

Renda R\$	Nº	%
Até 1.200,00	22	48
Até 2.000,00	20	43
Até 3.000,00	0	0
Até 4.000,00	4	9
Total	46	100

Fonte: Elaborada pelos autores.

Na tabela 07, está demonstrada a composição da renda das famílias que optaram pela opção “d” (escola particular), porque esta opção, que na escola anterior não figurou entre as possibilidades, aqui está acima da opção “a” (mãe deixar de trabalhar) e pouco abaixo da opção “e” contratar de cuidador(a), que na escola anterior foi a uma opção expressiva.

Pode-se observar que nesse cenário, as opções da tabela 08, são tomadas por mães de forma equilibrada entre as duas primeiras faixas de renda, ao passo que na escola anterior (tabela 03) havia uma relação de 2 na segunda faixa de renda para 1 na primeira faixa. Já na tabela 07, a opção por escola particular, somente 14% (4 mães) com renda de até R\$ 1.200,00, e a maioria, com renda de até R\$ 3.000,00 ou mais, representando 57% do total.

Assim, conjugando as informações das tabelas 5, 6, 7 e 8, podemos aferir o custo mensal de oportunidade das famílias beneficiadas com essa política pública, educação infantil 0 a 3 anos da escola Homero Lima. Assim, demonstra-se na tabela 09 a multiplicação das opções da tabela 05 pelos rendimentos sistematizados por opção.

Tabela 09 – Custo de Oportunidade das famílias – Escola Homero Lima

Opções conforme Tab. 05	Nº	Renda R\$	Total
"a" 54% de 26% - Mães que deixariam de trabalhar	18	1.200,00	21.600,00
"a" 46% de 26% - Mães que deixariam de trabalhar	15	2.000,00	30.000,00
"c" Deixar com avó	13	250,00	3.250,00
"d" Escola particular	36	850,00	30.600,00
"e" Contratar cuidador(a)	47	700,00	32.900,00
TOTAL	129		118.350,00

Fonte: Elaborada pelos autores.

Conforme já observado após a tabela 04, quanto às limitações do questionário e da pesquisa aplica, tem se o valor mensal apurado de R\$ 118.350,00 como custo de oportunidade das famílias beneficiadas pela escola Homero Lima (ano de 2017). Ou ainda, o custo de oportunidade de R\$ 917,44 por aluno/mês.

4.2 Levantamento do Custo da Educação do Município de Casca

Por questões de operacionalização da Educação Infantil, alguns gastos são gerados e registrados de forma única – educação creche (0 a 3 anos) e pré-escola (4 e 5 anos). Assim exemplificamos o caso da alimentação escolar (único refeitório e estoque), serviços de limpeza e material utilizado, direção e material de expediente, água e energia elétrica consumidas no prédio. Por isso, para apropriação de alguns gastos, será considerado esse universo escolar.

Assim como na parte anterior, inicia-se a apresentação do levantamento do custo da Educação Infantil do Município, pela Escola Severino Damo. Nesta escola são mantidas cinco turmas de alunos de 0 a 3 anos, sendo três de berçários e duas de maternais, totalizando 77 alunos. No pré-escolar, há cinco turmas, sendo localizadas no mesmo prédio duas turmas com 34 alunos. Outras três turmas (27 alunos) estão localizadas em prédios de escolas estaduais, no interior do município, cujos gastos registrados pelo município de forma única é o caso dos gêneros alimentícios e direção escolar.

Na tabela 10, abaixo, está sistematizado os gastos pelo município, e assimos transformado em custo da educação infantil, separados em custos diretos, e custos indiretos. Os custos diretos, basicamente mão-de-obra direta (composto por auxiliares de desenvolvimento infantil e professores). Os custos indiretos estão organizados de acordo com o critério utilizado de rateio, sendo o de turma ou de alunos conforme a característica de impacto do gasto. Como exemplo, cita-se o consumo de energia elétrica, onde o gasto está muito mais atrelado ao espaço físico, do que ao número de indivíduos que estão ocupando o espaço (consumo através dos condicionadores de ar, iluminação, etc.). Já para critério de alunos estão os gastos que são afetados fortemente por esta variável, no caso típico da alimentação escolar.

Tabela 10 – Custos da Educ. Infantil Escola Severino Damo – Valores Anuais por Turma.

Cutos Diretos	Total Geral	B1	B2	B3	Mat. 1	Mat. 2	
M.O.D	343.677,43	75.015,32	65.634,09	59.711,30	59.135,71	84.181,01	
INSS - M.O.D	77.774,20	16.975,97	14.852,99	13.512,67	13.382,41	19.050,16	
Sub Total 1	421.451,63	91.991,29	80.487,08	73.223,97	72.518,12	103.231,17	
Custos Indiretos		Critério de Rateio Turmas					Un.
M.O. Oficinas	17.583,85	0,00	0,00	0,00	8.791,93	8.791,93	2
INSS sobre M.O. Of.	3.979,23	0,00	0,00	0,00	1.989,61	1.989,61	2
Mat. Educativo	3.842,49	0,00	0,00	0,00	1.921,25	1.921,25	2
M.O. Direção	65.646,30	9.378,04	9.378,04	9.378,04	9.378,04	9.378,04	7
INSS Sobre Dir.	14.855,76	2.122,25	2.122,25	2.122,25	2.122,25	2.122,25	7
Mat. Expediente	5.897,83	842,55	842,55	842,55	842,55	842,55	7
M.O. Limpeza	37.616,46	6.269,41	6.269,41	6.269,41	6.269,41	6.269,41	6
INSS s/ Limpeza	8.512,60	1.418,77	1.418,77	1.418,77	1.418,77	1.418,77	6
Mat. Limpeza	5.251,41	875,24	875,24	875,24	875,24	875,24	6
Energia Elétrica	10.516,46	1.752,74	1.752,74	1.752,74	1.752,74	1.752,74	6
Custos Indiretos		Critério de Rateio Alunos					
Alunos	77	12	15	16	16	18	
M.O Merendeira	56.655,20	4.926,54	6.158,17	6.568,72	6.568,72	7.389,81	138
INSS s/ Merendeira	12.821,07	1.114,88	1.393,59	1.486,50	1.486,50	1.672,31	138
G.Alimentícios	58.206,54	5.061,44	6.326,80	6.748,58	6.748,58	7.592,16	138
Água	23.852,73	2.074,15	2.592,69	2.765,53	2.765,53	3.111,23	138
Sub Total 2	--	35.836,00	39.130,25	40.228,34	52.931,12	55.127,28	

TOTAL	644.704,62	127.827,29	119.617,34	113.452,30	125.449,24	158.358,46
--------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------

Fonte: Elaborada pelos autores.

A tabela acima demonstra a origem e a forma de apropriação dos gastos incorridos pelo município com a Escola Severino Damo. No caso dos gastos de Direção e Material de Expediente, que foram utilizados como critério de rateio turmas, as turmas do interior foram consideradas como uma, assim o total de turmas para esse gasto foi considerado 7.

Demonstrado a composição dos gastos e a forma de apropriação, para facilitar a análise, apresenta-se na tabela 11, abaixo, a dos custos destes por aluno/ano e mês, bem como a média da escola.

Tabela 11 – Relação do Custo por Turma – Aluno/ano e Aluno/Mês, Média (ano e mês).

Item	Total e Média	B1	B2	B3	Mat. 1	Mat. 2
Alunos	77	12	15	16	16	18
Custo Ed. Inf.	644.704,62	127.827,29	119.617,34	113.452,30	125.449,24	158.358,46
R\$/aluno/ano	8.372,79	10.652,27	7.974,49	7.090,77	7.840,58	8.797,69
R\$/aluno/mês	697,73	887,69	664,54	590,90	653,38	733,14

Fonte: Elaborada pelos autores.

Na análise dos custos, verificou-se algumas variações dos custos por turmas, apesar de na prática não haver procedimentos com relevante variação (exceto quando fases diferentes, ex. Berçários em relação aos Maternais). O custo de maior relevância é o custo direto com pessoal, então a turma que teve um professor nas fases finais do plano de carreira (por vezes até aposentado), isso impacta diretamente, elevando o custo. Da mesma forma que em alguns casos há estagiários, atuando junto a outros profissionais, substituindo os auxiliares de educação infantil, o que tem um custo direto menor, e impactando de forma a baixar o custo (exemplo, Maternal 1 e 2 diferença anual por aluno de R\$ 957,11).

Outro fator determinante na relação custo por aluno, está na lotação da turma, pois como é uma relação direta, custo por aluno, quanto maior a lotação menor será seu custo. Exemplo os Berçários 1 e 2, onde o primeiro possui 12 alunos e o segundo possui 15 alunos, gerando uma diferença de R\$ 2.677,78 por aluno/ano, em favor da de maior lotação.

A seguir apresenta-se os resultados do levantamento de custos da Escola Homero Lima, localizada na área central da cidade onde são mantidas oito turmas de alunos de 0 a 3 anos, sendo quatro de berçários e quatro de maternais, totalizando 129 alunos. Ainda, cinco turmas de pré-escola com 88 alunos, totalizando a educação infantil com 217 alunos.

Na tabela 12, abaixo, está sistematizado os gastos pelo município, separados em custos diretos, e custos indiretos. Da mesma forma que a escola anterior, dados apresentados na tabela 10, os custos diretos, e custos indiretos organizados de acordo com o critério utilizado de rateio, sendo, turma ou de alunos conforme a característica de impacto do gasto.

Tabela 12 – Custos da Educação Infantil Escola Homero Lima – Valores Anuais por Turma.

Custos Diretos	Total Geral	B1	B2	B3	B4	Mat. 1	Mat. 2	Mat. 3	Mat. 4	
Total M.O.D	704.325,25	81.861,47	84.525,63	92.634,18	89.143,09	84.888,17	86.761,91	92.377,30	92.133,50	
INSS sobre MOD	159.388,80	18.525,25	19.128,15	20.963,11	20.173,08	19.210,19	19.634,22	20.904,98	20.849,81	
Sub Total 1	863.714,05	100.386,72	103.653,78	113.597,29	109.316,17	104.098,36	106.396,13	113.282,28	112.983,31	
Custos Indiretos	Critério de Rateio Turmas									Un.
M.O. Oficinas	36.789,36	0,00	0,00	0,00	0,00	9.197,34	9.197,34	9.197,34	9.197,34	4
INSS sobre M.O. Of.	8.325,43	0,00	0,00	0,00	0,00	2.081,36	2.081,36	2.081,36	2.081,36	4
Mat. Educativo	6.437,43	0,00	0,00	0,00	0,00	1.609,36	1.609,36	1.609,36	1.609,36	4
M.O. Direção	103.569,56	7.966,89	7.966,89	7.966,89	7.966,89	7.966,89	7.966,89	7.966,89	7.966,89	13
INSS sobre Direção	23.437,79	1.802,91	1.802,91	1.802,91	1.802,91	1.802,91	1.802,91	1.802,91	1.802,91	13
Mat. Expediente	15.334,67	1.179,59	1.179,59	1.179,59	1.179,59	1.179,59	1.179,59	1.179,59	1.179,59	13
M.O. Limpeza	90.194,94	6.938,07	6.938,07	6.938,07	6.938,07	6.938,07	6.938,07	6.938,07	6.938,07	13
INSS S/ Limpeza	20.411,11	1.570,09	1.570,09	1.570,09	1.570,09	1.570,09	1.570,09	1.570,09	1.570,09	13
Mat. Limpeza	13.653,67	1.050,28	1.050,28	1.050,28	1.050,28	1.050,28	1.050,28	1.050,28	1.050,28	13
Energia Elétrica	12.777,08	982,85	982,85	982,85	982,85	982,85	982,85	982,85	982,85	13
Custos Indiretos	Critério de Rateio Alunos									
Alunos	129	12	13	13	15	19	19	18	20	
M.O. Merendeira	91.832,79	5.078,31	5.501,50	5.501,50	6.347,89	8.040,66	8.040,66	7.617,47	8.463,85	217
INSS. Sobre Meren.	20.781,76	1.149,22	1.244,99	1.244,99	1.436,53	1.819,60	1.819,60	1.723,83	1.915,37	217
Gêneros Alimentícios	178.162,42	9.852,30	10.673,32	10.673,32	12.315,37	15.599,47	15.599,47	14.778,45	16.420,50	217
Água	29.812,97	1.648,64	1.786,03	1.786,03	2.060,80	2.610,35	2.610,35	2.472,97	2.747,74	217
Sub Total 2	--	39.219,15	40.696,53	40.696,53	43.651,27	62.448,82	62.448,82	60.971,45	63.926,19	
TOTAL	1.277.772,82	139.605,88	144.350,31	154.293,82	152.967,45	166.547,18	168.844,95	174.253,73	176.909,51	

Fonte: Elaborada pelos autores.

Demonstra a origem e a forma de apropriação dos gastos incorridos pelo município com a Escola Homero Lima, para facilitar a análise, apresenta-se na tabela 13, abaixo, a dos custos destes por aluno/ano e mês, bem como a média da escola.

Tabela 13 – Relação do Custo por Turma – Aluno/ano e Aluno/Mês, Média (ano e mês).

Item	B1	B2	B3	B4
Alunos	12	13	13	15
Custo Educação Infantil	139.605,88	144.350,31	154.293,82	152.967,45
R\$/aluno/ano	11.633,82	11.103,87	11.868,76	10.197,83
R\$/aluno/mês	969,49	925,32	989,06	849,82
	Mat. 1	Mat. 2	Mat. 3	Mat. 4
Alunos	19	19	18	20
Custo Educação Infantil	166.547,18	168.844,95	174.253,73	176.909,51
R\$/aluno/ano	8.765,64	8.886,58	9.680,76	8.845,48
R\$/aluno/mês	730,47	740,55	806,73	737,12
Item	Total e Média			
Alunos	129			
Custo Educação Infantil	1.277.772,82			
R\$/aluno/ano	9.905,22			
R\$/aluno/mês	825,43			

Fonte: Elaborada pelos autores.

Da mesma forma que acontece com a escola anterior, os custos são fortemente afetados pelo gasto com o quadro de pessoal (funcionários e/ou professores aposentados), aumentando o custo, funcionários em início de carreira e estagiários, diminuem o custo aluno. Da mesma forma a lotação das turmas é outro fator de alto impacto na relação dos custos, um exemplo claro está no custo aluno dos berçários, onde o Berçário 4, com 15 alunos em relação aos demais com 12 ou 13 alunos tem uma vantagem média de R\$ 1.300,00 aluno/ano.

4.3 Análise dos Resultados

Conforme demonstrado nas tabelas acima, e algumas análises já realizadas previamente junto a elas, nesta etapa será sintetizada a análise de acordo com o objetivo geral.

De acordo com a tabela 04, Custo de Oportunidade das famílias – Escola Severino Damo, tem o valor apurado ao mês de R\$ 93.900,00, assim o valor anual de R\$ 1.126.800,00, e um custo aluno anual de R\$ 14.633,77. Por outro lado, o município, conforme tabela 11, Relação do Custo por Turma – Aluno/ano e Aluno/Mês, tem o valor anual de R\$ 644.704,62 e um valor do custo aluno anual médio de R\$ 8.372,79. Assim podemos dizer que o gasto feito pelo município na educação infantil nessa situação tem um incremento no valor distribuído às famílias em 74,77%. Ou ainda, do valor gasto pelo município R\$ 644.704,62, beneficiou às famílias numa renda direta de R\$ 1.126.800,00.

Ao fazer essa mesma análise na escola Homero Lima, tomando por base a tabela 09, Custo de Oportunidade das famílias – Escola Homero Lima, tem se o valor ao mês de R\$ 118.350,00, assim o valor anual de R\$ 1.420.200,00, e um custo aluno/ano de R\$ 11.009,30. Já o município, conforme tabela 13, Relação do Custo por Turma – Aluno/ano e Aluno/Mês, terá um gasto anual de R\$ 1.277.772,82, e um valor aluno/ano de R\$ 9.905,22. Nesta situação o incremento no valor distribuído às famílias beneficiadas é de 11,14%.

Na tabela 14, abaixo, é demonstrado de forma estruturada os valores acima descritos.

Tabela14 – Valor Gasto pelo Município x Valores Ganhos pelas Famílias x Incremento R\$ da Política Pública

Ano	Alunos	Município	Famílias	Diferença R\$
R\$- Escola Severino D.	77	644.704,62	1.126.800,00	482.095,38
R\$- Escola Homero L.	129	1.277.772,82	1.420.200,00	142.427,18
R\$- Custo Aluno/ano	206	9.332,41	12.364,08	3.031,66
R\$-Total Geral do ano de 2017	206	1.922.477,44	2.547.000,00	624.522,56

Fonte: Elaborada pelos autores.

Pode ser observado de modo geral, que o gasto do município no ano de 2017 de R\$ 1.922.477,44, aqui transformado em custo da educação infantil pela apropriação deste gasto aos serviços, torna-se na prática uma distribuição de renda entre as famílias beneficiadas, sendo que algumas deixam de desembolsar valores (as que contratariam o serviço) e outras passam a ter renda (as famílias em que as mães deixariam de trabalhar), totalizando R\$ 2.547.000,00, ou seja, do valor desembolsado pelo município há um impacto positivo econômico na sociedade de R\$ 624.522,56, representando 32,48%.

Também é notória, a diferença do valor agregado na Escola Severino Damo, sendo superior a da Homero Lima em 2,38 vezes, apesar de possuir pouco mais da metade dos alunos. Isso está muito em função da renda e da decisão das famílias caso não existisse a política pública. Quanto a renda, na primeira situação 61,53% das mães tem renda de até R\$ 1.200,00, ao passo que na segunda situação, essa faixa de renda está em 40%. Das mães nessa condição de renda, na primeira escola, conforme tabela 03, apenas 28,57% continuariam trabalhando e contratariam o serviço, e situação semelhante ocorre na segunda escola, onde das mães nessas condições 35,13% tomariam essa decisão (tabelas 07 e 08).

Assim o fator de decisão das mães em deixar ou permanecer trabalhando, praticamente não diferencia de uma escola para outra, e está muito atrelado à de menor renda. Por outro lado, o impacto na escola Severino Damo é maior porque às mães tem renda menor, e assim optam por deixar de trabalhar, como o custo de oportunidade é o valor de sua renda, no caso R\$ 1.200,00, ao passo que as demais, quando contratam o serviço, este calculo fica de acordo com os valores informados, R\$ 850,00 para escola particular e R\$ 700,00 para contratar cuidador.

Assim, conclui se a análise que apesar das variáveis do custo da educação infantil, mencionadas no decorrer da apresentação dos resultados, nessa situação, o resultado financeiro é positivo em 35,13%, o valor incrementado na renda das famílias é de R\$ 2.547.000,00 e o público mais impactado são as famílias onde as mães possuem uma renda menor.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse modelo federativo, onde a arrecadação é muito concentrada na União e a descentralização das responsabilidades do governo, em especial para a esfera municipal, tem ocorrido em ritmo acelerado, a ponto dos recursos não acompanharem, seja pelo próprio ritmo de transferência de competência administrativa, ou pelo aumento da necessidade social, que tem evoluído, evidenciando o gargalo financeiro forte para os municípios.

A capacidade de investimentos dos municípios com recursos próprios (receitas próprias e transferências constitucionais) é praticamente nula. Também a expansão ou a manutenção dos serviços prestados a população passa constantemente por avaliações e questionamento. Assim fatores políticos e institucionais que importam na determinação das desigualdades e no seu enfrentamento, tem a necessidade de serem revisto quanto a

distribuição de recursos. Por outro lado o gestor público tem a necessidade de melhorar a eficiência e eficácia.

Nesse sentido este trabalho buscou contribuir, levantando e evidenciando questões que no dia a dia passam despercebidas. É o caso das variáveis que impactam diretamente no custo da educação infantil, e que também pode ser estendida a outros serviços públicos, como a permanência no serviço público de funcionários aposentados, gerando custos altos devido ao tempo de serviço e o nível escalado no plano de carreira quando for o caso (entendimento judicial da permanência no serviço público). O número de alunos por turma, entre outras decisões que elevam o custo dos serviços, e que devem ser constantemente avaliadas de forma técnica para o melhor gerenciamento.

Na avaliação do custo da educação infantil pelo município não foi considerado o valor das depreciações de bens móveis e imóveis (no caso prédios), ficando restrito o custo à valores desembolsados pelo município. Cabe ressaltar que a escola mais nova, Severino Damo, foi recursos oriundo de repasse voluntário da União através do FNDE, inaugurada em 2016 (prédio e mobiliário), e a escola Homero Lima tem suas instalações com 20 anos de uso, e por tanto em ambos os casos nesse momento o custo ao município é o de manutenção desses espaços. Também os gastos da secretaria de educação e coordenação pedagógica, não foram considerados, tendo em vista que esses gastos ocorreriam normalmente sem a existência da educação infantil 0 a 3 anos.

Quanto aos valores do custo que as famílias teriam pela ausência dessa política pública, seguiram os valores recorrentes e médios seja pela contratação de cuidador R\$ 700,00 ou pela contratação de serviço de escola particular R\$ 850,00. Quando a opção foi a mãe não trabalhar, muito recorrente nas mães de menor renda, este valor foi considerado de acordo com o patamar da renda declarada pelas famílias, e assim agrupados. O questionário de faixa de renda foi adotado, com o intuito de dar maior conforto às famílias para participarem da pesquisa. Nesse aspecto, seja pelo questionário fechado (faixa de rendimento), mas também pela própria fidedignidade das informações prestadas pelas famílias é um dos pontos de maior limitação da pesquisa.

Outras questões não avaliadas pelo trabalho e de grande relevância, é o benefício do desenvolvimento do indivíduo, sobre os diferentes aspectos, social, segurança alimentar, saúde, educacional, conhecimento e cultura. Desenvolvimento esse, que o município pode acompanhar desde muito cedo evitando ou se antecipando a problemas futuros, seja envolvendo os próprios alunos como também suas famílias, já que é um meio de socialização e prestação de outros serviços sociais que possam ser demandados pela identificação através das crianças.

Em que pese a limitação da pesquisa, o trabalho atingiu seu objetivo, alertando o gestor para as variáveis dos serviços prestados, e no caso do município de Casca/RS o valor poupado pelas famílias beneficiadas pela educação infantil R\$ 2.547.000,00, sendo esse valor superior em 35,13% ao valor gasto pelo município, onde os maiores valores do benefício está justamente distribuído para às famílias em que as mães tem a menor renda (já que muitas deixariam de trabalhar).

Assim, conclui se o trabalho, com a validação da hipótese “a”, em que o investimento do o município de Casca em educação infantil é suficiente para gerar uma economia significativa para as famílias de baixa renda.

REFERÊNCIAS

DIEHL, Astor Antônio; TATIM, Denise Carvalho. Pesquisaem Ciências Sociais Aplicadas: Métodos e Técnicas. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

- BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil. Brasília: MEC/SEF, v.1, 1998.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Indicadores da Qualidade na Educação Infantil / – Brasília: MEC/SEB, 2009
- _____. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 31/03/2018.
- BULGARIM, Maria Clara Cavalcante ... [et al.]. Orçamento familiar e controle social : instrumento de organização da sociedade / -- 2. ed. -- Brasília: Fundação Brasileira de Contabilidade, 2012.
- GARGIONE, E. D.; ZAMBON, E. P.; MAUSS, C. V. Gestão de Custos na merenda escolar: um estudo de caso nas escolas do Município de Salvador do Sul. **Revista Brasileira de Contabilidade**, n. 227, p. 56-69, 2017.
- FRANK, ROBERT H. FRANK, Cornell University. Microeconomia e comportamento, 8ª EDIÇÃO Tradução: Christiane de Brito Andrei, Revisão técnica Giacomo Balbinotto Neto, Doutor em Economia pela USP Professor do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFRGS. Versão impressa desta obra: 2013, AMGH Editora Ltda. 2013.
- FROYEN, Richard T. Macroeconomia: teorias e aplicações / Richard T. Froyen; tradução: Cecília Camargo Bartalotti. - 2. ed. - São Paulo: Saraiva, 2013.
- MANKIWI, N. Gregory. Princípios de macroeconomia. São Paulo: Cengage Learning, 2013. Título original: Principles of economics. 6. ed. norte-americana.
- MARTINS, Eliseu. Contabilidade de custos. 8º ed. – São Paulo: Atlas, 2001.
- MAUSS, C. V; SOUZA, M. A. **Gestão de Custos Aplicada ao Setor Público**: Modelo para mensuração e análise da eficiência e eficácia governamental. São Paulo: Atlas. 2008.
- MENDONÇA, Vivianne da Silva; MELO², Maria de Fátima Massena. Economia familiar, consumo e orçamento doméstico. XX Congresso Brasileiro de Economia Doméstica. Fortaleza, 2009.
- MENEZES FILHO, Naercio. Desemprego e renda familiar. Publicado no Valor Economico, 2016.
- IBGE - Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017/2018 . Disponível em [:https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/2013-agencia-de-noticias/releases/10448-ibge-inicia-a-pesquisa-de-orcamentos-familiares-pof-2017-2018.html](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/2013-agencia-de-noticias/releases/10448-ibge-inicia-a-pesquisa-de-orcamentos-familiares-pof-2017-2018.html). Acessado em: 29/05/2018 as 12:45.
- LEONE, George Sebastião Guerra. Custos: planejamento, implantação e controle. 3º ed. – São Paulo: Atlas, 2000.
- ROSA FILHO, C.; PEIXE, C. S. Custos e avaliação de desempenho no setor público: um levantamento bibliométrico das edições do congresso brasileiro de custos. In: XXII Congresso Brasileiro de Custos, Foz do Iguaçu, PR, Brasil, 11 a 13 de novembro de 2015.
- SILVA FILHO, A. C. C.; VENTURA, A. F. A.; ECHTERNACT, T. H. S.; Um estudo sobre o Processo de Convergência da Contabilidade no Setor Público: Um enfoque da Implantação do Subsistema de Custos na Percepção dos Contadores Municipais do Estado da Paraíba. In: V Seminário UFPE de Ciências Contábeis, 2011, Recife. Anais do V Seminário UFPE de Ciências Contábeis, 2011.